

A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM RIO GRANDE-RS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL

Rogério Faé
rogerio.fae@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Diego D'Avila da Rosa diegorosa@furg.br Universidade Federal do Rio Grande Brasil

Guilherme Dornelas Camara guilherme.dornelas@ufrgs.br Universidade Federal do Rio Grande do Sul Brasil



RESUMO

O estudo buscou entender as consequências da implementação da indústria naval na organização do trabalho na cidade de Rio Grande. Para tal, propõe-se o conceito de organização do trabalho como o resultado de uma relação de forças antagônicas que, dinamizada por mecanismos de produção, organizam formas contraditórias de produzir a vida. O trabalho é entendido como fundante do ser e da práxis social, de modo que organizá-lo extrapola a mera distribuição das atividades nos locais onde se dá a produção econômica. A partir de um estudo exploratório, na cidade do Rio Grande, constatou-se que a implantação e posterior crise do polo naval de Rio Grande provocaram alterações nas diversas dimensões da vida dos trabalhadores e da comunidade local. O investimento na indústria naval incitou a migração de milhares de trabalhadores que vislumbraram no polo naval de Rio Grande possibilidades de obter trabalho ou melhorar a renda. De início, houve um processo de ascensão econômica e de reestruturação das formas de vida da população na cidade. Agora, Rio Grande enfrenta o declínio da indústria naval provocado pelas investigações da Operação Lava Jato, pela desvalorização das commodities no mercado internacional e, mais recentemente, pela flexibilização das regras da política de conteúdo local que ameaçam inclusive a manutenção dos estaleiros na cidade. Ao final, se considera que a forma de organização do trabalho reorganiza a vida social, tanto em nível individual quanto na comunidade como um todo e que há um predomínio do favorecimento do processo de acumulação do capital.

ABSTRACT

The paper approaches the consequences of the shipyard installation to the organization of labour in the city of Rio Grande. To do so, the concept of organization of labour is developed as result of an antagonistic forces relationship that organizes

XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

contradictory forms of producing life linked to the means of production. Labour is understood

as founder of the being and the social praxis. The organization of labour overcomes the simple

distribution of tasks in the working place. Throughout an exploratory research in the city of

Rio Grande, findings indicated that the implementation and, after, crises of the shipyard

provoked changes in diverse dimensions of the workers' live as well as in the local

community. Investments in shipyard provoked migration of workers to the city looking for job

possibilities or better incomes. In the beginning, there was a process of economic growth and

restructuring of the population's forms of life in the city. Nowadays, Rio Grande faces the

decay of shipyard provoked by the police investigations Lava Jato, by the devaluation of

commodities in the international market and, more recently, by the possibility of changing

local content policy, which threatens the maintenance of the shipyard in the city. In the end, it

is considered that the way labour is organised rearranges social life, both in individual as in

community levels. In this process the domain of accumulation of capital is favoured.

Palavras Chave

Organização do trabalho. Rio Grande. Indústria Naval.

Keywords

Organization of labour. Rio Grande. Shipyard

I. Introdução

O trabalho é a atividade humana vital; ou seja, no trabalhar o ser humano muda o

mundo e a si mesmo simultaneamente (Lukács, 2012; Marx, 2014). Apesar da conotação

positiva pressuposta ao trabalho, ao nos voltarmos para o trabalho concreto é preciso

compreender as contradições existentes na realidade dos trabalhadores e do trabalho (Marx,

2014).

3



Essa abordagem, reconhecedora das contradições entre a potência libertadora, existente no pôr teleológico materializado no trabalho (Lukács, 2012), e o trabalho concreto se complexifica ao considerar o contexto no qual o trabalho ganha forma em uma economia dependente (Marini, 1973). Consideração que foi fundamental quando, em 2014, voltamos nossa atenção para as mudanças existentes no contexto socioeconômico do município do Rio Grande, no extremo sul do Estado do Rio Grande Sul.

A decisão por parte do Governo Federal, em 2005, de implantar um Polo Naval no Município – como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos governos Lula e Dilma – alterou a dinâmica socioeconômica local (Sinaval, 2009). A instalação de estaleiros para a construção de plataformas e navios petroleiros, assim como a ampliação do porto para o embarque de soja para o mercado internacional nos davam indícios de uma mudança na condição de existência e manutenção do trabalho na cidade de Rio Grande.

Ao olhar para a história da cidade, com base no conceito de dependência (Marini, 2012), é possível perceber como a economia local, em consonância à economia nacional, modificou a composição orgânica de seu aparato produtivo ao longo do tempo, bem como o modo como as políticas públicas brasileiras integraram o país no sistema produtivo imperialista.

O artigo realiza, então, a articulação de ideias de Marx, Lukács e Marini de modo a construir uma análise que suportasse o entendimento sobre a forma como ocorre a organização do trabalho em Rio Grande, a partir da implementação da indústria naval. Dito de outra forma, compreender a reestruturação de um determinado espaço geográfico localizado em um país periférico, no contexto do capitalismo dependente, a partir de processos produtivos que estão fora do controle de qualquer nação individualmente ao serem definidos por interesses econômicos em escala global. Em vista disso, o objetivo central deste artigo é analisar como ocorreu a organização e reorganização do trabalho em Rio Grande no contexto de ascensão e ocaso da indústria naval.

De modo a alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, entre 2015 e 2017, que sistematizou informações em jornais, sítios da internet, revistas e comunicações oficiais dos governos federal, estadual e municipal, empresas e



sindicatos. Com esse procedimento, foi possível consolidar dados que compõem o corpus aqui analisado. O referencial teórico nos impulsionava a ter contato com os trabalhadores, tendo em vista a necessidade de compreender as contradições do trabalho na realidade local. Isso ocasionou a realização de entrevistas com trabalhadores empregados e desempregados da indústria naval, participação em reuniões e manifestações públicas do sindicato do ramo, e a visita às suas moradias. Foi prezado pelo tom informal das entrevistas, com registro em áudio e posterior degravação. Por questões de extensão do texto, neste artigo as entrevistas não foram transcritas. Os dados primários e secundários coletados foram analisados interpretativamente ao referencial teórico consolidado, primando pela compreensão das contradições que determinam e que emergem da (re)organização do trabalho no Rio Grande.

O texto está dividido nas seguintes seções temáticas: apresentação da categoria organização do trabalho; descrição do polo naval como resultado de uma estratégia para o desenvolvimento nacional; contextualização do município do Rio Grande; análise da (re)organização do trabalho no Rio Grande no ocaso da indústria naval; e, por fim, tecemos algumas conclusões seguidas das referências utilizadas.

II. Organização do Trabalho

A escolha da abordagem teórica utilizada neste texto teve por objetivo compreender o trabalho no capitalismo dependente. Não apenas em termos de processo fabril, mas focando no trabalho como fundante da *práxis* social; ou melhor, a ênfase está no modo como as contradições do trabalho organizam a vida humana em determinado espaço geográfico. Neste sentido, se justifica a utilização de conceitos elaborados por três autores de forma complementar: Marx (2014) ao discorrer sobre a produção de valor posicionou o trabalho como base da reprodução da vida; Lukács (2012) incorporando elementos da teoria Marxista buscou compreender as bases ontológicas do trabalho humano, entendendo o trabalho como fundante do ser e modelo da *práxis* social; por último, conceitos como os de superexploração do trabalho e subimperialismo que, conforme pensados por Marini (1973), definem uma relação de articulação subordinada assumida pelos países nos quais a incorporação ao mercado global se deu prioritariamente como supridores de mão-de-obra e produtos primários



e/ou de industrialização complementar ao processo capitaneado pelos países que primeiro se industrializaram

O materialismo histórico possibilita reconhecer que o Ser objetivo é parte movente e movida do complexo concreto que o posiciona como resultado de um processo histórico. Marx (2014), ao discorrer sobre a produção de valor, abordou a centralidade do trabalho na produção e reprodução da vida humana. Para ele, o trabalho é o elemento constituinte do ser social, assim como indispensável à sobrevivência do ser humano.

A escolha por Ruy Mauro Marini foi incontornável. Retomando algumas das categorias desenvolvidas por Marx com o objetivo de analisar o capitalismo *sui generis* das economias dependentes latino-americanas, ele propôs conceitos que possibilitam compreender a dependência em relação às economias centrais, como a superexploração do trabalho, o subimperialismo, a matriz agrário-exportadora e a fragilidade do mercado interno. Assim, Marini foi fundamental para compreender a dinâmica das ações e da postura dos governos, além de algumas das ações das empresas, no contexto de ascensão e crise da indústria naval.

Com base nos autores acima, organização do trabalho é definida como o resultado de uma relação de forças antagônicas dinamizada por mecanismos de produção que organizam formas contraditórias de produzir a vida; é alterada em relação a cada ciclo econômico de acordo com uma diferente composição do capital. No caso específico de Rio Grande, os mecanismos de produção que dinamizam a relação entre trabalhadores e capitalistas, na atualidade, estão predominantemente ligados à indústria naval.

Contexto no qual, o trabalho, isto é, a "necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o ser humano e a natureza e, portanto, de manter a vida humana" (Marx, 2014, p. 64), "é o fenômeno originário, o modelo do ser social" (Lukács, 2012, p. 35). Através do trabalho os seres humanos transcendem as questões puramente biológicas da esfera orgânica para a esfera social. Nessa transposição, a consciência assume papel central no por de finalidades ao trabalho, transformando o resultado do trabalho naquilo que já havia sido conscientemente ideado pelo trabalhador.

Sendo o fenômeno originário do ser social, o trabalho é também o modelo de toda a práxis social. Somente pelo trabalho as formas fenomênicas da conduta de vida dos seres



sociais emergem e é somente a partir do trabalho que são concebidas ontologicamente (Lukács, 2012). Assim, todos os aspectos da vida e da *práxis* social humana só são realizáveis a partir desta que é a categoria fundante de todo o ser humano: o trabalho. Compreendendo-o desta forma, organização do trabalho significa organizar os mais diversos aspectos da vida humana, tanto na intimidade de cada indivíduo quanto da comunidade como um todo.

Com o processo de produção capitalista, entretanto, emergem aspectos como a necessidade de controle sobre os trabalhadores e a divisão das atividades de modo que o trabalhador não participe mais de todo o processo produtivo, como outrora, mas apenas de uma parte. O processo de acumulação do capital faz com que os meios de produção se transformem em formas de dominação e exploração do trabalhador que, expropriado do produto de seu trabalho, é mutilado, fragmentado, alienado de suas potencialidades espirituais e submetido a um processo de trabalho que transforma o seu tempo de vida em tempo de trabalho (Marx, 1996). Mesmo degradado pelo processo de acumulação, o trabalho continua sendo-lhe central, não como fator de criação e libertação de outrora, mas como único recurso concreto para manter o sistema capitalista em marcha.

À medida que aumenta o avanço e o desenvolvimento dos mecanismos de produção do capital, os trabalhadores vivem uma forma negativa de produzir sua vida (Dornelas Camara, 2014). Ficam impossibilitados de sua realização como seres sociais e alienados da consciência de classe.

Assim, a organização do trabalho, que sob o domínio do capital tem como objetivo a extração da mais-valia, é construída de tal modo que dificulta à classe trabalhadora romper com esse sistema que mascara as relações sociais de trabalho em uma relação reificada de coisas produzidas pelo próprio trabalho humano. A consciência do trabalhador também acaba sendo reificada, e através da adoção de uma conduta meramente contemplativa, incapaz de romper com esse sistema reificado e de se reconhecer como sujeito e objeto do processo histórico (Lukács, 2012).

À parte viva do capital resta a exploração de suas capacidades até o limite físico e mental. O trabalhador é explorado através da extensão das horas de trabalho para muito além do que efetivamente precisa para reproduzir sua subsistência. Tal exploração se acentua nas



economias dependentes, nas quais além da exploração pelo aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho, o trabalhador tem sua remuneração reduzida abaixo do mínimo socialmente necessário para reproduzir sua subsistência (Marini, 1973).

Assim, as implicações provocadas pela organização do trabalho ultrapassam a indústria e avançam para as casas, os bares, as famílias, enfim, às vidas dos trabalhadores e dos habitantes das cidades, posto que o trabalho é, como já analisado, o fenômeno originário e modelo da *práxis* social (Lukács, 2012).

Em razão da associação inerente do trabalho às demais dimensões da vida humana, para compreender a reorganização do trabalho em Rio Grande foi necessário entender os elementos-chave do contexto nacional que levaram às últimas mudanças no trabalho em escala local. Cabe situar a implementação do Polo Naval de Rio Grande como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional e, desde esse momento, compreender a dinâmica imposta pelo ciclo econômico que modificou a vida e a rotina dos trabalhadores e da comunidade na cidade do Rio Grande de diferentes maneiras.

III. A indústria naval como estratégia para o desenvolvimento nacional

No período que o Partido dos Trabalhadores (2003-2016) esteve à frente do Governo Federal Brasileiro predominaram práticas ligadas ao incentivo do desenvolvimento nacional, suportado predominantemente por ideias do novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2006). Neste sentido, a presidenta Dilma Rousseff ao suceder o ex-presidente Lula reafirmou como ponto fundamental de sua agenda e, principalmente, como base para os projetos e programas que seriam estimulados em seu governo a necessidade de crescimento econômico; e com ele de estabilidade macroeconômica e de controle da inflação. O foco na capacidade de exportação fícou em evidência como meio de equilibrar a balança comercial, assim como o consequente estímulo à competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno como no externo (Rousseff, 2011; Mercadante, 2010).

No último aspecto ganhou relevância o papel do Estado como indutor do investimento privado, razão pela qual o "[...] PAC [Plano de Aceleração do Crescimento] continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária



dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado [...]". (Rousseff, 2011, s/p.)

O Estado aparece, ainda, com um papel de planejamento estratégico que busca facilitar a relação entre mercado e governo, com vista ao crescimento que estaria na base do estímulo às políticas sociais, sendo com "[...] crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional". (Rousseff, 2011, s/p.)

Por consequência, os aspectos determinantes das estratégias políticas do governo Brasileiro que vigoravam afirmavam que a melhoria das condições de vida da população dependeriam do desempenho econômico, de forma semelhante à releitura proposta pelos neodesenvolvimentistas; com a ressalva feita por alguns autores de que existia à época uma preocupação em focar as atenções na melhoria das condições de vida. (Rands, 2010; Mercadante, 2010)

É importante salientar, também, a preocupação com a formação de um mercado consumidor interno que fomentasse o crescimento do parque fabril. Entretanto, no que se relaciona à estratégia, o foco se direcionou para a capacidade de articulação com o mercado internacional e com a possibilidade de produção de produtos competitivos tanto em nível interno como externo. (Bresser-Pereira, 2006; Mercadante, 2010; Rands, 2010)

Mesmo em relação à capacidade de consumo, as políticas públicas implementadas a partir de 2003 definiram prioritariamente práticas ligadas ao fomento do consumo interno como meios para indução do investimento privado, através da democratização do acesso ao crédito, da implementação de programas sociais de transferência de renda e de grandes obras de infraestrutura – neste último caso entram as obras do PAC e, entre elas, as vinculadas ao Superporto do Rio Grande. (Brasil, 2012)

Naquele contexto, a descoberta de grande quantidade de petróleo em águas profundas gerou demanda em termos de maior quantidade de bases e embarcações de apoio para extração e transporte do petróleo para o mercado. Razão pela qual o governo federal decidiu incentivar o fortalecimento da indústria naval no Brasil. (Sinaval, 2009). A importância econômica do Porto do Rio Grande e sua posição estratégica possibilitaram sua



inclusão em programas do Governo Federal – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na recuperação da indústria naval – provocando, assim, alteração estrutural na cidade no início do século XXI (Sinaval, 2009).

Cabe destacar que os investimentos realizados no polo naval e no Superporto do Rio Grande estiveram vinculados a um conjunto de medidas que almejavam elevar as taxas de crescimento econômico do país e foram operacionalizados por meio de parcerias com instituições privadas. Fato que é facilmente verificável ao observar os estaleiros que se instalaram na cidade, entre eles: Quip, em 2009, resultado da associação de grandes empreiteiras privadas entre elas Queiroz Galvão e Camargo Correa; e ECOVIX, em 2010, que foi viabilizado pela associação entre uma empresa de engenharia especializada em empreendimentos nas áreas de energia, indústria e infraestrutura e um fundo de investimento (Jornal Agora, 2015). Postura que reforça uma estratégia governamental que buscava fomentar o investimento privado.

Assim, o polo naval do Rio Grande emergiu como resultado de uma estratégia nacional de desenvolvimento que buscava aproveitar os potenciais locais e que possuía como um de seus objetivos a descentralização do crescimento, razão pela qual o investimento governamental feito na cidade atraiu grandes empresas interessadas na atividade petrolífera do Brasil. Atração de capital que foi fomentada, em parte, por uma política governamental que impôs que percentual dos componentes utilizados na construção de plataformas e navios petrolíferos fosse de produção nacional (Sinaval, 2009).

Em relação à cidade do Rio Grande, no período que iniciou com a decisão por parte do Governo Federal de implantar um polo naval, foram percebidas alterações na geração de emprego e renda, com o aumento significativo dos postos de trabalho. Neste aspecto, as informações divulgadas à época na mídia local referiam que cada contrato efetivado para a construção de plataformas se traduziria em 3.500 vagas de trabalho diretos (Jornal Agora, 2015). Informação que tornava objetiva a percepção de vários dos moradores da cidade entrevistados, que à época acreditavam que a cidade estava sendo transformada em seu perfil.



IV. O Município do Rio Grande

O município de Rio Grande faz parte da chamada metade sul do Rio Grande do Sul, ocupa mais da metade do território do Estado (54%), possui 25% da população e 18% do PIB. Entre seus maiores e principais municípios estão: Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Bagé e Sant'Ana do Livramento (Rio Grande do Sul, 2017).

A Metade Sul apresenta uma situação peculiar, já que no decorrer da evolução histórica e apesar da industrialização centralizada em Rio Grande e Sant'Ana do Livramento, desencadeada no período entre guerras, a estrutura socioeconômica delineou-se predominantemente com base na pecuária e posteriormente na agricultura (Martins & Pimenta, 2004).

O Município do Rio Grande é o mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido fundado em 1737 como uma fortificação portuguesa. No período que se seguiu a sua fundação, a então vila serviu de passagem às embarcações que faziam o trajeto entre o centro do Brasil e a Colônia de Sacramento (Martins & Pimenta, 2004).

Posteriormente, com o enriquecimento dos criadores de gado da campanha – em função da introdução das charqueadas –, houve expansão do comércio ligado à importação e exportação. O que criou as condições para o início do processo de industrialização que perdurou até a década de 1960 (Copstein, 1975). Na segunda metade do século XX, as indústrias têxteis e frigoríficos locais passaram a enfrentar dificuldades e muitas encerraram atividades na cidade (Martins & Pimenta, 2004).

No período que iniciou com a crise das indústrias locais, os postos de trabalho foram reduzidos e a industrialização desacelerada. Isso se altera na década de 1970 com o início da construção do Superporto e do distrito industrial destinado à instalação de indústrias e prestadoras de serviços portuários. Como fica evidente, os ciclos econômicos vividos na cidade de Rio Grande periodicamente alteraram a organização do trabalho em seu espaço geográfico.

O resultado observável na cidade é a transformação periódica da vida da população local em decorrência da (re)organização do trabalho. Ou seja, é a classe trabalhadora que precisa constantemente adaptar-se a novas exigências, aos novos setores produtivos e até



mesmo as novas profissões. Evidentemente, como resultado, a população riograndina como um todo necessita alterar seu cotidiano, adequando-o aos ciclos econômicos.

O mais recente ciclo econômico em Rio Grande, que iniciou com a decisão do Governo Federal em implementar um polo naval em 2005, atualmente se encontra em crise. Embora, em alguns aspectos, não destoe dos ciclos que o precederam, sua chegada trouxe novos constituintes ao dia a dia local. Antes da crise da indústria naval, o que parecia algo muito distante, isto é, o encerramento das atividades do setor no Rio Grande, passou a ser uma realidade próxima e factível. As incertezas quanto à continuidade do setor e, se permanecer, ao volume de produção em que operará, movimentam ainda mais o cotidiano já bastante atribulado da população do Rio Grande.

V. A (Re)organização do Trabalho no Rio Grande no Ocaso da Indústria Naval

A decisão tomada pelo Governo Federal, em 2005, de implementar um polo naval na cidade de Rio Grande provocou um rápido crescimento na atividade econômica municipal no período entre 2005 e 2013, traduzida em aumento nos indicadores econômicos e em um processo de migração no qual milhares de trabalhadores de diversas regiões do país se transferiram para Rio Grande em busca de melhores oportunidades de trabalho. Situação que sofreu um revés com a crise experimentada a partir de 2013, provocada pela queda do valor das commodities no mercado global que pôs em questão a viabilidade da manutenção dos investimentos no pré-sal, pelas investigações da operação Lava-Jato e, mais recentemente, pela flexibilização das regras da política de conteúdo local. Em consequência, os estaleiros sediados em Rio Grande enfrentam atualmente uma situação de incerteza quanto à continuidade de suas atividades (Jornal dia dia, 2015).

No que se refere às estatísticas sobre a cidade de Rio Grande, no período entre 2006 e 2012, se observa aumento progressivo da arrecadação municipal, do número de empregos e da média salarial. Entretanto, em uma leitura com base do referencial de Marx (2006) expressavam também a condição de recurso de produção ocupada pelo trabalhador, que vende sua força de trabalho, sua individualidade viva ao capitalista.



A aparente prosperidade ganhou força com o crescimento de 157,7% do PIB de Rio Grande no período 2006-2012. Sendo que 2012 foi o ano que o munícipio alcançou o melhor resultado até o momento atual (Quadro 1). Entretanto, mesmo com o aumento do PIB, o índice de Gini não apresentou variação significativa, passando de 0,5381 em 1991 para 0,5248 em 2010 (Departamento de informática do sistema único de saúde, 2017). Neste período de 20 anos, parece que o "bolo cresceu", mas sua partilha continua desigual.

Quadro 1 - Evolução do PIB de Rio Grande

Quadro 1 Divolação do 11D de 1110 Grande				
Ano	PIB	PIB per capita		
2006	3.477.887.723	17.656		
2007	4.442.147.349	22.856		
2008	6.302.581.400	32.225		
2009	6.372.569.216	32.457		
2010	7.778.545.750	39.439		
2011	8.193.203.273	41.369		
2012	8.965.447.462	45.088		
2013	8.147.934.388	39.522		
2014	7.357.681.054	35.538		

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (2017).

No cenário que se apresentava, o número de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e de Micro Empreendedores Individuais cresceu. Ao longo do período 2001-2015, o número de MPEs na cidade apresentou aumento de 104,1%. A participação das MPEs no total de empresas instaladas no município passou de 93% em 2007, para 95% em 2015, com mais de 50% das MPEs concentradas nas áreas de comércio e serviços (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2015).

Outro dado a cerca dos pequenos empreendimentos que merece destaque é o número de Microempreendedores Individuais (MEI) na cidade. Em 2009, havia 108 MEI registrados em Rio Grande, passando para 5.158 em 2016. O que representa um crescimento de mais de 4.000% nos últimos sete anos (Portal do Empreendedor, 2017).

Os Microempreendedores Individuais são pessoas que trabalham por conta própria, trabalhadores informais, que a partir da LC nº 128/2008 tem a possibilidade de legalizarem suas atividades como pequenos empresários (Portal do Empreendedor, 2017). O MEI, tendo



em vista o referencial teórico adotado neste texto, é uma alternativa do mercado para os trabalhadores informais. Esta alternativa melhora os indicadores de emprego e renda do governo, mas reforça os mecanismos de superexploração do trabalho. Percepção que se torna objetiva quando verificamos que, dos 4.929 MEI registrados em Rio Grande no ano de 2015, 30% deles (1.486) estão inscritos no cadastro único do município – o cadastro é destinado a cidadãos que buscam auxílio governamental em função de carência econômica (Brasil, 2015). O fato de tantos registrados aparenta que a formalização do trabalhador informal é apenas uma maneira de mascarar números e indicadores de emprego e renda no Brasil.

Em se tratando de emprego e renda, o campo do emprego foi um dos mais impactados pela instalação da indústria naval em Rio Grande. O crescente número de postos de trabalho na cidade, a partir de 2007, fruto da instalação da indústria naval e do crescimento da cidade por ela provocado, atraiu para Rio Grande um número significativo de trabalhadores de outras regiões do país. Alguns destes trabalhadores chegaram à cidade para ocupar postos de trabalho específicos (Silva et al, 2012), devido a sua qualificação, enquanto outros simplesmente na esperança de um emprego. Entre 2013 e 2014, cerca de 15.000 trabalhadores oriundos de outras regiões do país residiam em Rio Grande (Pinto, 2014). Este número corresponde a aproximadamente 7% da população da cidade de Rio Grande estimada pelo IBGE (2017).

De 2007 a 2013 (ano de maior volume de produção da indústria naval), houve crescimento significativo no número de admissões, como evidencia o quadro 2. A variação absoluta do número de admissões e demissões registrados em Rio Grande demonstra o movimento de trabalhadores que são absorvidos e lançados ao exército industrial de reserva a cada ano.



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

Ouadro 2 - Admissões e Demissões no Rio Grande

Ano	Admissões	Desligamentos	Variação Absoluta
2007	11.942	10.455	1.487
2008	13.566	12.693	873
2009	12.852	12.213	639
2010	16.689	14.380	2.309
2011	20.360	17.408	2.952
2012	31.572	24.830	6.742
2013	41.773	41.290	483
2014	33.172	32.271	901
2015	10.408	11.722	-1.314
2016	15.794	20.803	-5.009

Fonte: Brasil (2017)

O intervalo de 2010-2012 foi o que apresentou as maiores variações absolutas positivas do período. Embora o número de empregos gerados tenha aumentado substancialmente nesse período, os desligamentos cresceram em proporções semelhantes, ambos provavelmente impulsionados pela constante movimentação e troca de postos de trabalho ocorridas sobretudo na indústria naval. Na série observada, a partir de 2015 há uma inflexão na dinâmica ocupacional em Rio Grande. O número de admissões reduz-se significativamente, e a variação negativa nos postos de trabalho evidencia os efeitos da crise. O setor de serviços liderou o número de desligamentos de trabalhadores na cidade em 2015, com um total de 4.174 demissões, seguido do Comércio, com 3.744, e da Indústria de Transformação, com 2.627 demissões (Brasil, 2017).

Os salários médios pagos aos trabalhadores também sofreram com a crise econômica em que o país se encontra. Em Rio Grande, o salário médio de admissão sofreu uma queda de 2,7% em relação a 2014, com destaque para os setores da Construção Civil e Indústria de Transformação, com quedas de 17,8% e 16,3%, respectivamente (Brasil, 2017). A remuneração paga a um trabalhador que executa a atividade de Soldador sofreu uma redução de 27,2% em 2015, se comparada a 2014, e de 31,4% se comparada a 2013, ano do maior volume de produção da indústria naval em Rio Grande (Diverio, 2013).

Esses números evidenciam a posição de recurso produtivo ocupada pelos trabalhadores, que são contratados e liberados de acordo com as necessidades do processo de acumulação do capital. Ratificando ideias de Marx (1996), pode-se afirmar que a acumulação do capital multiplica a demanda de trabalho ao mesmo tempo em que multiplica a oferta de



trabalhadores. O crescente exército industrial de reserva, neste período de crise, pressiona os trabalhadores empregados a intensificarem seus esforços e a aceitarem remunerações menores, como os números apresentados anteriormente demonstraram.

Não apenas os números evidenciam essa posição ocupada pelos trabalhadores. O tratamento dispensado a eles também reflete essa realidade. Parte do grande contingente de trabalhadores migrantes que desembarcaram no Rio Grande nos últimos anos em busca de emprego na indústria naval, enfrenta uma realidade bem menos colorida do que a apresentada nos discursos e números oficiais de prosperidade.

Dados primários indicam que alguns dos alojamentos onde grande parte dos trabalhadores migrantes estava hospedada, apresentavam risco à vida e a integridade física das pessoas ali hospedadas. A degradação da condição do trabalhador se dá tanto pelos aspectos de infraestrutura e saneamento dos locais, quanto pela forma como os proprietários dos alojamentos agem em relação a seus inquilinos.

Um dos relatos mais chocantes feito pelos entrevistados foi das chamadas 'quentinhas'. 'Quentinha' é o nome dado à cama que é alugada para mais de um trabalhador. Os alojamentos que realizavam esta prática alugavam para dois trabalhadores que cumprem suas atividades profissionais em turnos diferentes a mesma cama, aumentando seus ganhos e favorecendo-se do fato de que muitos deles se encontravam sem condições financeiras para pagarem valores mais altos de aluguel e, sem alternativa, submetiam-se a esta prática desumana.

Alguns alojamentos espalhados pela cidade colocavam em risco a vida e a integridade física dos trabalhadores ali hospedados. Em 2013, dois desses locais foram atingidos por incêndios. O primeiro deles, em um prédio ocupado por 60 trabalhadores, ocorreu em março e foi provocado por um curto circuito (Jornal Agora, 2013a). O segundo incêndio, no mês de junho, foi provocado por uma vela acesa. A casa convertida em alojamento estava sem energia elétrica havia cerca de 7 dias, por irregularidades constatadas na fiação e que, até aquele momento, não tinham sido corrigidas (Jornal Agora, 2013b).

Os problemas de infraestrutura dos alojamentos não se restringiam à rede de energia elétrica. No 'Carandiru', as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores são muitas. Ocupado



por cerca de 200 pessoas de 3 empresas diferentes no ano de 2013, o prédio tem dois blocos fechados, com dois pavimentos cada, um de frente para o outro, com um pequeno corredor separando-os. O Jornal Agora (2013c) descreve que os quartos são pequenos, ocupados por até quatro homens, sem boa posição solar, úmidos e com proliferação de mofo pelas paredes e teto. O prédio recebeu o nome de 'Carandiru' devido ao estreito corredor que separa os dois blocos que é repleto de varais de roupa, porque, segundo os trabalhadores, é impossível secar as roupas dentro dos quartos (Jornal Agora, 2013c).

O desrespeito ao trabalhador e a superexploração do trabalho também são encontrados nos dados primários coletados com pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMMERG). Os relatos indicam, por exemplo, a permanência de trabalhadores que sofreram acidente de trabalho nas dependências da empresa contratante, com o intuito de não prejudicar seus indicadores de segurança. Nesses casos, a empresa busca os trabalhadores nas suas casas no horário de expediente e estes permanecem em uma sala.

Os dados coletados ao longo da pesquisa evidenciam, ainda, que ocorreram mudanças no cotidiano da cidade devido à migração de trabalhadores de outras regiões, oscilações nos níveis de emprego e desemprego, aumento dos índices de criminalidade, oscilações nos valores dos imóveis, etc. Entretanto, acredita-se, a indústria naval provocou mudanças mais profundas na vida das pessoas, mudanças que não podem ser evidenciadas em indicadores, alterando a forma como o intercâmbio ser humano/natureza é realizado. Os investimentos chegaram e, com a crise econômica, estão partindo. Essa partida deixa marcas na população: trabalhadores desempregados, migrantes sem recursos para voltar para casa, empreendedores endividados, moradores deslocados de suas residências, etc.

V. Conclusão

A categoria organização do trabalho permitiu um olhar amplo e crítico dos ciclos econômicos no município do Rio Grande, em especial do último: o da indústria naval. Foram colocadas em evidências as intenções governamentais articuladas ao mercado e o constante processo de organização da vida dos trabalhadores no processo de ascensão e ocaso da



indústria naval. Este último ciclo econômico reorganizou a vida dos trabalhadores, a partir da determinação de como se dá o trabalho, em sua intensidade, duração, procedimentos e estrutura para a organização da vida para além do trabalho em sentido estrito.

Em termos da dependência em relação às economias centrais, a orientação ao mercado internacional, de matriz agrário-extrativista, não se encerra com o ocaso da indústria naval. Pelo contrário, a reforça. O governo local não vê alternativas que não estejam vinculadas a investimentos externos.

Assim, o capital dependente, que tem na superexploração dos trabalhadores o mecanismo de compensação de suas perdas nas trocas internacionais (Marini, 1973), culmina em uma forma negativa de produção da vida dos trabalhadores. Imersos em uma consciência submetida à reificação que nasce das formas mercantis, na qual o trabalho humano não é mais do que mera abstração, os trabalhadores tendem a imbricar-se paulatinamente na servidão ao capital, enquanto tentam libertar-se dele (Lukács, 2012). Assim, a reorganização do trabalho em Rio Grande atinge os aspectos mais triviais do cotidiano dos bairros de trabalhadores, invadindo pessoalmente suas vidas individuais e a comunitária, limitando as possibilidades de transcendência do trabalho.

Referências

Brasil. (2012). *PAC 2 – O circulo virtuoso do desenvolvimento*, Março-Abril. Recuperado em 12 julho, 2016, de http://www.planejamento.gov.br.

Brasil (2016). *Renda média domiciliar per capita*. Recuperado em 16 junho, 2016, de http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/censo/cnv/rendars.def.

Brasil (2017). Ministério do Trabalho e do Emprego. *Dados e Estatísticas*. Brasília. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://acesso.mte.gov.br/dados estatisticos.

Bresser-Pereira, L. C. (2006). O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, 20 (3), 5-24.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2015). *Empresômetro MPE*. Brasília. Recuperado em 15 setembro, 2016, de http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>.



Copstein, R. (1975). O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande. Porto Alegre, *Boletim Gaúcho de Geografia*, 4, 1-43.

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. (2017). *Informações de Saúde (TABNET)*. Brasília. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02.

Diverio, R. (2013). Chegada da P-63 a Rio Grande reforça time de gigantes no polo naval. *Zero Hora*. Recuperado em 08 agosto, 2017, de http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/01/chegada-da-p-63-a-rio-grande-reforca-time-de-gigantes-no-polo-naval-4029664.html. Acesso em: 11 jun. 2015.

Dornelas Camara, G. (2014). Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação. Tese de doutorado não publicada, UFRGS. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://hdl.handle.net/10183/96901.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. (2017). *Dados Municipais*. Porto Alegre, 2017. Recuperado em 18 agosto, 2017, de http://www.fee.tche.br.

IBGE. (2017). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Rio de Janeiro, 2017. Recuperado em 22 janeiro, 2017, de http://cod.ibge.gov.br/232k7.

Jornal Agora. (2013a). *Incêndio atinge alojamento de trabalhadores no centro da cidade*. Recuperado em 20 setembro, 2016, de http://www.jornalagora.com.br.

Jornal Agora. (2013b). *Incêndio atinge mais um alojamento de trabalhadores*. Recuperado em 20 setembro, 2016, de http://www.jornalagora.com.br.

Jornal Agora. (2013b). *Condições de alojamentos desagradam trabalhadores*. Recuperado em 20 setembro, 2016, de http://www.jornal.agora.com.br.

Jornal Agora. (2015). Quip chega aos seis anos em Rio Grande com novo investimento privado. Recuperado em 16 agosto, 2016, de http://www.jornalagora.com.br.

Jornal dia dia. (2015). 5.500 funcionários paralisam o estaleiro Ecovix agravando a crise do polo naval de Rio Grande. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://jornaldiadia.com.br/contato/#.

Lukács, G. (2012). *História e consciência de classe:* estudos sobre a dialética Marxista. São Paulo: Martins Fontes.

Marini, R. M. (1973). Dialética da dependência. In: Traspadini, R.; Stedile, J. P. (Orgs.). *Rui Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular.



Marini, R. M. (2012). A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Revista Outubro*, 20, 27-70. Recuperado em 10 agosto, 2015, de http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/20/out20 02.pdf.

Martins, S., & Pimenta, M. (2004). A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais — O caso do município de Rio Grande (1874-1970). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1 (6), 85-100. Recuperado em 10 outubro, 2016, de http://repositorio.furg.br:8080/handle/1/810.

Marx, K. (1996). O Capital: crítica da economia política. L. I. v. II. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K. (2006). *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (2014). *O Capital*: crítica da economia política. L. I. v. I. 33 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mercadante, A. (2010). Brasil: a construção retomada. São Paulo: Terceiro Nome.

Pinto, R. (2014). *A Cidade como Espaço de Acolhida*: o Pensar Teológico no contexto do Polo Naval na cidade do Rio Grande/RS. Dissertação de mestrado não publicada, PUCRS. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://hdl.handle.net/10923/5782.

Portal do Empreendedor. (2017). *Relatórios Estatísticos do MEI*. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/relatorios-estatisticos-domei.

Rands, M. (2010). A era Lula: desenvolvimento, democracia e cultura política no Brasil. Recife: Bagaço.

Rio Grande do Sul. (2017). Porto do Rio Grande bate recorde no 1º semestre de 2014. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://www.portoriogrande.com.br/site/noticias_detalhes.php?idNoticia=1559.

Rousseff, D. (2011). Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional. Recuperado em 08 agosto, 2016, de http://www2.planalto.gov.br.

Silva, R. P. et al. (2012). O impacto do Polo Naval no setor imobiliário da Cidade do Rio Grande/RS. In: 6° Encontro De Economia Gaúcha, Porto Alegre. PUC/RS, 2012. Recuperado em 12 julho, 2016, de http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Setor_Imobiliario_da_cida de RioGrande RS.pdf.



Sinaval. (2009). *Informações do setor*. Recuperado em 08 março, 2017, de http://www.sinaval.org.br.